

Resolução Conama nº 17, de 17 de dezembro de 1989

O Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do § 2º, do artigo 8º, do seu Regimento Interno, e

Considerando que a viabilização deste assunto por meios comerciais poderá constituir-se em precedentes que prejudicarão os criadouros já existentes;

Considerando a inexistência de um sistema congregador de estudo, monitoramento, manejo e fiscalização educativa conscientizadora da população;

Considerando a impossibilidade de se avaliar os estoques da fauna potencial, pelos estudos da dinâmica e do monitorio dos ambientes e das espécies, resolve:

Art. 1º. Determinar a incineração dos produtos e subprodutos não comestíveis, oriundos da fauna silvestre, apreendidos e depositados, até a presente data, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama¹.

Art. 2º. Determinar ao Ibama que tais produtos e subprodutos doravante apreendidos, sejam incinerados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, obedecidas as normas legais.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Alves Filho
Presidente

(DOU de 24.01.90)

¹ Vide § 3º, artigo 3º e artigo 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, pág. 359, neste Tema.

Portaria 79-P, de 3 de março de 1975

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, no uso das atribuições que lhe são conferidas no item IX, do artigo 4º do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967,

Considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 1º e no artigo 8º e alíneas, *a*, *b* e *c* da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967², resolve:

Art. 1º. Caça amadorista é definida como ato de caça com objetivo estritamente esportivo, em obediência ao artigo 2º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 2º. Somente é permitido o exercício de caça amadorista, respeitado o disposto nos artigos 1º, parágrafos 1º, 2º e 10, alíneas *a* a *m* da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 e de conformidade com os critérios estabelecidos na presente Portaria.

Art. 3º. Os produtos e subprodutos da fauna indígena, obtidos através de caça amadorista não poderão ser comercializados, conforme o art. 3º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 4º. Fica proibida, em qualquer época do ano, a caça amadorista³:

a) No perímetro de 10 quilômetros em torno de todas as Unidades de Conservação a nível federal, estadual e municipal; e

b) Nas propriedades particulares que estejam dentro do zoneamento da Portaria de caça amadorista, sem o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, conforme o disposto no Código Civil (artigos 594 a 598).

Art. 5º. Para exercer quaisquer atos de caça amadorista, é indispensável possuir, previamente, a licença anual para caça amadorista, que é expedida pelo IBDF, com as seguintes características:

a) tem validade somente para o período permitido para a caça amadorista; e

b) tem validade apenas na unidade federativa para a qual for expedida.

1 O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990.

2 Vide Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, pág. 359, neste Tema.

3 Redação do artigo 4º e alíneas *a* e *b* dada pela Portaria nº 232, de 7 de março de 1990

Parágrafo único. Para exercer a caça amadorista em mais de uma unidade federativa o caçador deverá possuir as respectivas licenças, fornecidas de acordo com a Portaria IBDF nº 2.969-DN, de 31.07.72⁴.

Art. 6º. É autoridade competente para fornecer a licença para a caça amadorista, na respectiva unidade da Federação, o Delegado do IBDF ou seu representante legal.

Art. 7º. A repartição expedidora da licença manterá um registro alfabético dos caçadores amadores, em fichas individuais, contendo: 1) Nome e sobrenome; 2) Naturalidade; 3) Filiação; 4) Profissão; 5) Natureza e número de identidade; 6) Residência; 7) Anotação de concessão ou não de licença a cada ano; 8) Indicação do número de peças, por espécie, declaradas como pretendidas para caçar, por temporada; 9) observações, críticas e sugestões dadas pelo interessado.

Art. 8º. No ato do fornecimento da licença, a repartição expedidora fornecerá ao caçador um exemplar da Portaria nº 3.481 — DN de 31.05.73 e da Instrução Complementar que estiver em vigor, na unidade federativa onde será exercida a caça⁵.

Art. 9º. O exercício de caça amadorista só será permitido para as espécies enumeradas em portaria anual de caça amadorista, que será baixada até 30 dias antes da data da efetiva abertura da temporada, na qual constarão as espécies passíveis de caça e seu respectivo período⁶.

Art. 10. Durante todo ano, os animais considerados daninhos poderão ser controlados ou abatidos mediante autorização fornecida exclusivamente pela presidência do IBDF, face a requerimento prévio do proprietário das terras, que deverá incluir no mesmo o local de sua propriedade, os animais que solicita considerar daninos e nomes das pessoas indicadas para proceder ao controle desses animais.

§ 1º. O Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, através de sua Divisão de Proteção à Natureza, antes do ato declaratório da espécie como daninha, se pronunciará a respeito.

4 A Portaria nº 2.969/72 foi revogada pela Portaria nº 97, de 20 de abril de 1988.

• A Portaria nº 97/88 regulamentou a caça no Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1988.

5 Portaria nº 3.481, de 31 de maio de 1973, foi revogada pela Portaria nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989, pág. 420 neste Tema.

6 Redação dada pela Portaria nº 32, de 25 de março de 1992.

• Vide Portaria anual de caça amadorista emitida pelo Ibama.

§ 2º. Em seu parecer, o departamento, caso concorde com a pretensão do interessado, especificará que local, quais as espécies, em que período de tempo e condições o ato declaratório vigorará.

Art. 11. Para cada uma das Unidades da Federação, referida na Portaria anual de caça amadorista, será baixada uma instrução de caça amadorista complementar, assinada pelo delegado do IBDF ou seu representante legal, que obrigatoriamente conterá:

a) lista das espécies cinegéticas, atendendo ao artigo da Portaria anual de caça amadorista válida para cada Unidade da Federação, com número de indivíduos por espécie, que poderá ser abatido pelo caçador no período de caça;

b) lista dos municípios onde será permitida a caça amadorista na temporada oficial, obedecendo ao rodízio das áreas de caça proibida e de caça permitida, iniciado em 1968, com exclusão dos municípios referidos no art. 4º desta Portaria, bem como das propriedades declaradas como refúgios particulares de animais nativos.

Art. 12. Também constará, obrigatoriamente, de cada instrução complementar sobre caça amadorista:

a) que há obrigatoriedade do recolhimento prévio aos cofres do IBDF, da taxa para a licença de caça amadorista no valor de 1/10 do salário mínimo vigente no Estado⁷.

b) que quaisquer atos de caça, bem como o transporte, guarda ou armazenamento de exemplares em número superior aos permitidos na Instrução Complementar, acarretará a cassação imediata da licença, bem como a suspensão de nova licença por 5 (cinco) anos, além das sanções penais cabíveis;

c) que quaisquer atos de caça, bem como o transporte, guarda ou armazenamento de espécies, não incluídas nesta Portaria, constituem contravenção penal nos termos da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, bem como do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, em seus artigos 14, 15 e 16, sem exclusão de outras penas previstas em lei.

Art. 13. Baixada a sua instrução complementar sobre a caça amadorista, cumpre a cada Delegado do IBDF ou seu representante legal:

a) remeter cópias para o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e Departamento de Administração (DA) do IBDF;

⁷ A Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 descaracterizou o salário mínimo como indexador, sendo instituído o Maior Valor de Referência — MVR.

• O MVR foi extinto pela Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

• O Valor da licença de caça esta expressa em Reais (R\$), conforme Tabela de Preços do Ibama.

- b) remeter cópias para todas as Delegacias do IBDF;
- c) remeter cópias para os Administradores dos Parques Nacionais, Reservas Biológicas de Estações Florestais de Experimentação que existam dentro de sua Unidade Federativa;
- d) promover a divulgação da presente Portaria e da instrução complementar na respectiva Unidade da Federação, em especial solicitando a colaboração das autoridades estaduais;
- e) remeter cópias ao comandante da Polícia Militar de seu Estado e ao Comandante do Exército de sua Região Militar.

Art. 14. Os Delegados do IBDF nas respectivas Unidades da Federação, ou seus representantes legais, estão autorizados a receber, registrar e conceder licenças de caça amadorista para outras Unidades, desde que sejam preenchidas as seguintes exigências:

- a) os interessados encaminharão os pedidos ao Delegado do IBDF, com os dados solicitados no art. 7º da presente Portaria;
- b) as contribuições (taxas) concernentes devidas pelos caçadores serão recolhidas diretamente ao Banco do Brasil S.A., para crédito do IBDF, através das Guias de Recolhimento Padronizadas, preenchidas pelas delegacias estaduais, observadas as instruções em vigor para recolhimento da receita, depósito e transferência bancária;
- c) quando o recolhimento se referir a mais de um caçador deverá ser anexada à cada via da Guia correspondente, relação nominal dos interessados, por espécie de receita, contendo também endereços, valor da contribuição individual e total da relação.

Art. 15. A delegacia que emitir as licenças remeterá cópias dos dados cadastrais de cada caçador que receber a licença, para a delegacia do IBDF na Unidade onde o mesmo irá atuar.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela presidência do IBDF.

Art. 17. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria IBDF nº 3.974-DN de 3 de abril de 1974.

Osvaldo Bastos de Menezes
Secretário-Geral

(DOU de 05.05.75)